



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS
JUDICIAIS

ED. SEDE I - SETOR DE AUTARQUIAS SUL - QUADRA 3 - LOTE 5/6, ED. MULTI BRASIL CORPORATE - CEP 70.070-030 - FONE (61) 2026-8931 / 2026-8038

**ATA n. 00014/2025/CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS
JUDICIAIS**

NUP: 00400.000301/2023-25

ATA	
14ª Reunião do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais	

PAUTA		
Item	Assunto	Responsável
	Abertura	Jorge Messias
1	Guia de Riscos Fiscais Judiciais	Caio Castelliano
2	Projeto de lei com foco na desjudicialização (temas: Assistência Judiciária Gratuita, Mandado de segurança, Litigância abusiva e Requerimento prévio administrativo	Caio Castelliano
3	Programa de ações do Conselho do 2º Ciclo	Caio Castelliano
4	Evento de lançamento do Guia de Riscos Fiscais Judiciais	Caio Castelliano
	Encerramento	

Data	Horário	Local
24/06/2025	11:00 h	Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Gabinete MPO

PRESENTES		
Órgão	Representante	Cargo/Função
Advocacia-Geral da União – AGU	Jorge Messias	Advogado-Geral da União
Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	Simone Tebet	Ministra de estado

Ministério da Fazenda – MF	Rafael Dubeux	Secretário Executivo Adjunto
SECRETARIA EXECUTIVA		
Advocacia-Geral da União – AGU	Flavio Roman	Secretário-Geral de Consultoria
AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Caio Castelliano	Secretário de Governança e Gestão Estratégica
AGU - Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Stella Arruda Mota	Diretora do Departamento de Governança Corporativa
AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Leonardo Coutinho	Coordenador Geral de Governança de Riscos e Processos
OUTROS PARTICIPANTES		
Ministério do Planejamento e Orçamento/Conjur	Jurandi Neto	Consultor Jurídico
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Luiz Guilherme	Diretor de Programa Substituto
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Márcio Oliveira	Secretário-Executivo substituto
Ministério da Fazenda – MF	Cecilia Moraes	Assessora
Advocacia-Geral da União – AGU	Daniel Estevão	Fotógrafo - AGU
Advocacia-Geral da União – AGU	Ana Patricia Alves	Social Media - AGU
Advocacia-Geral da União – AGU	Rafael Braga	Assessor - AGU

ABERTURA

No dia 24 de junho de 2025, às 11h, reuniram-se na Sala de Reunião do Gabinete do Ministério do Planejamento e Orçamento os membros nominados na lista de presença e demais convidados, para a 14ª Reunião Extraordinária do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais de 2025.

O Senhor Advogado-Geral da União, Jorge Messias, parabenizou as equipes das pastas integrantes do conselho pelo trabalho até o momento realizado, que não se limitou à questões conceituais, mas também a realizar diagnóstico e formular propostas de forma a enfrentar questões orçamentárias e o comprometimento do Estado Brasileiro com pagamentos de decisões judiciais. Em sequência passou a palavra ao Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Caio Castelliano, para que desse início aos assuntos da pauta.

ITEM 1 – Guia de Riscos Fiscais Judiciais

O Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Caio Castelliano, enfatizou que o Guia se mostra relevante pelo fato de organizar o assunto em âmbito nacional. Destacou o ciclo de vida do processo judicial e a formas de materialização financeira das decisões judiciais que podem ocorrer, além do pagamento de precatórios e RPVs, via frustração de receitas, pagamentos diretos e incorporação de despesas de caráter continuado, cuja evidenciação se torna relevante dada a concentração de esforços quase que exclusivamente sobre os precatórios.

Ademais, organiza as informações sobre as características das publicações no Balanço Geral da União e no Anexo de riscos fiscais e por fim relata as incertezas relacionadas à previsibilidade da materialização do risco fiscal judicial.

ITEM 2 – Projeto de lei com foco na desjudicialização (temas: Assistência Judiciária Gratuita, Mandado de segurança, Litigância abusiva e Requerimento prévio administrativo

Em relação ao segundo item da pauta, o Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Caio Castelliano, iniciou com a apresentação do panorama geral da judicialização no Brasil.

Em sequência relatou o a interlocução realizada com áreas da administração pública e representações da sociedade civil que resultou na recepção de 54 propostas em 3 diferentes eixos: desjudicialização, resolução administrativa e

conciliação e combate a litigância abusiva.

Parte das sugestões ofertadas eram temáticas e versavam sobre a área previdenciária, saúde, servidores públicos, terceirização e tributária e estão sendo ainda formuladas.

Outra parte eram propostas gerais, cujos temas mais abordados foram a gratuidade de justiça (12), litigância abusiva (8) e preferência à via administrativa (5) que fundamentaram a proposta inicial do Pacto pela Segurança Jurídica.

Os participantes avaliaram que o diagnóstico e as propostas estavam alinhados e maduros e o debate se concentrou na estratégia para implementação das medidas.

ITEM 3 – Programa da ações do Conselho

Em sequência foi aprovado o segundo ciclo do plano de ações do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais, promovendo a antecipação do prazo de conclusão da ação nº 9 (capacitação) para outubro de 2025, conforme consta abaixo.

Ação 1

PL da Segurança Jurídica

Objetivo: *Apresentar propostas estruturais que visam a redução de litigiosidade.*

Relatoria: SGE

Prazo: 12/2025

Ação 2

Avaliar **o histórico da realização dos principais** (materialidade e relevância) **riscos fiscais judiciais, que produziram impactos na arrecadação nos últimos 5 anos**, especificar as limitações que impedem sua mensuração e propor alternativas para mitigar estas restrições.

Objetivo: *mapear a materialização do risco fiscal judicial por meio de **compensações tributárias**.*

Relatoria: RFB e PGFN

Prazo: 11/2025

Ação 3

Avançar em **estudos quanto à materialização de riscos fiscais judiciais que produzem impacto direto no orçamento, ou seja, decorrentes de decisões judiciais com obrigação de fazer** - e que escapam ao regime de pagamento por meio de precatórios e RPVS, especificando as limitações que dificultam sua mensuração e possíveis propostas de novos procedimentos/classificadores.

Objetivo: *Mapear o impacto do Riscos Fiscal Judicial que se materializa por **pagamentos diretos** que não ocorrem na forma de pagamento de precatórios e RPV.*

Relatoria: MPO, SGE e STN

Prazo: 12/2025

Ação 4

Proposta **normativa de uniformização de avaliação pericial** a ser adotada tanto no âmbito do processo administrativo quanto no judicial.

Objetivo: *tornar uniformes os critérios para deferimento de benefícios previdenciários no âmbito administrativo e judicial*

Relatoria: PGF

Prazo: 9/2025

Ação 5

Avançar em estudos comparativos acerca das **causas de indeferimento administrativo e reversões judiciais de benefícios previdenciários e assistências**.

***Objetivo:** ampliar diagnóstico a respeito de eventuais ineficiências no processamento de pedidos previdenciários ou assistenciais.*

Relatoria: MPO

Prazo: 12/2025

Ação 6

Segregar os IDs monitorados pela portaria 68/22 de acordo com sua **fase processual** (Conhecimento X Execução) e **expectativa da forma de materialização**.

***Objetivo:** produzir informações de maior qualidade que possam ser utilizadas para projetar despesas decorrentes de decisões judiciais.*

Relatoria: SGE

Prazo: 12/2025

Ação 7

Construir um plano para **sanear a carteira de processos judiciais registrando os processos, pelo Judiciário, e em que fase de encerramento**.

***Objetivo:** tratar as bases de dados da AGU para produção de informações de maior qualidade.*

Relatoria: SGE

Prazo: 12/2025

Ação 8

Revisar e propor critérios para apuração dos valores envolvidos (**metodologia de estimativa de valores**), no que diz respeito às ações monitoradas na forma da Portaria nº68 de 2022).

***Objetivo:** produzir informações de maior qualidade que possam ser utilizadas para projetar despesas decorrentes de decisões judiciais.*

Relatoria: SGE

Prazo: 11/2025

Ação 9

Formatar **capacitação relacionada ao Risco Fiscal Judicial** para orientar membros e servidores da AGU, MF, MPO, CGU e TCU.

***Objetivo:** nivelar conhecimento entre todos que se relacionam com os processos que envolvem o Risco Fiscal Judicial.*

Relatoria: SGE

Prazo: 10/2025

Ação 10

Avaliar as **medidas sugeridas pela PGF e a respeito de matérias previdenciárias** (ação 8), propondo **planos detalhados de sua implementação**.

***Objetivo:** Implementar medidas com potencial de redução de litigiosidade já identificadas.*

Relatoria: PGF

Prazo: 2/2026

ENCAMINHAMENTOS FINAIS E ENCERRAMENTO

QUADRO RESUMO - ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES	
Item	Encaminhamento

1	Aprovado o Guia de Riscos Fiscais Judiciais Determinada a elaboração de seu sumário executivo tendo como público alvo a imprensa
2	Aprovadas as sugestões de medidas para redução da litigiosidade
3	Plano de ações aprovado conforme quadro a seguir
4	Determinada a realização de seminário em julho destinado a apresentar o Guia, apresentar dados que demonstrem a realidade de litigiosidade e apresentar propostas em linhas gerais.

PLANO DE AÇÕES (2º CICLO)			
Nº	Descrição	Prazo	Responsável
1	PL da Segurança Jurídica	12/2025	SGE
2	Avaliar o histórico da realização dos principais (materialidade e relevância) riscos fiscais judiciais, que produziram impactos na arrecadação nos últimos 5 anos, especificar as limitações que impedem sua mensuração e propor alternativas para mitigar estas restrições.	11/2025	RFB e PGFN
3	Avançar em estudos quanto à materialização de riscos fiscais judiciais que produzem impacto direto no orçamento, ou seja, decorrentes de decisões judiciais com obrigação de fazer - e que escapam ao regime de pagamento por meio de precatórios e RPVS, especificando as limitações que dificultam sua mensuração e possíveis propostas de novos procedimentos/classificadores.	12/2025	MPO, SGE e STN
4	Proposta normativa de uniformização de avaliação pericial a ser adotada tanto no âmbito do processo administrativo quanto no judicial.	09/2025	PGF
5	Avançar em estudos comparativos acerca das causas de indeferimento administrativo e reversões judiciais de benefícios previdenciários e assistências.	12/2025	MPO
6	Segregar os IDs monitorados pela portaria 68/22 de acordo com sua fase processual (Conhecimento X Execução) e expectativa da forma de materialização.	12/2025	SGE
7	Construir um plano para sanear a carteira de processos judiciais registrando os processos, pelo Judiciário, e em que fase de encerramento.	12/2025	SGE
8	Revisar e propor critérios para apuração dos valores envolvidos (metodologia de estimativa de valores), no que diz respeito às ações monitoradas na forma da Portaria nº68 de 2022).	11/2025	SGE
9	Formatar capacitação relacionada ao Risco Fiscal Judicial para orientar membros e servidores da AGU, MF, MPO, CGU e TCU.	10/2025	SGE
10	Avaliar as medidas sugeridas pela PGF e a respeito de matérias previdenciárias (ação 8), propondo planos detalhados de sua implementação.	02/2026	PGF

Não havendo nada mais o que tratar eu, Flavio José Roman, Secretário-Geral de Consultoria, lavrei a presente ata.

FLAVIO JOSÉ ROMAN

Secretário-Geral de Consultoria

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400000301202325 e da chave de acesso 36ce8d7d



Documento assinado eletronicamente por FLAVIO JOSE ROMAN, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2751027941 e chave de acesso 36ce8d7d no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FLAVIO JOSE ROMAN, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 22-08-2025 10:59. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.